



CENTRAL EÓLICA BOQUEIRÃO II S.A.

CNPJ/MF nº 31.232.196/0001-73

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

ATIVO	Balancos patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)		
	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	3.914	294
Concessionárias	8	1.827	-
Impostos a compensar	9	1.040	-
Cauções e depósitos vinculados	11	2	-
Adiantamentos a fornecedores	12	815	-
Outros créditos	12	645	205
Não circulante			
Imobilizado	13	183.699	84.374
Total do ativo		191.944	84.873

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Central Eólica Boqueirão II S.A. ("Companhia" ou "Boqueirão II"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em agosto de 2018, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Eólica Boqueirão II, a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade. A Companhia tem sede e fórum Avenida Faria Lima, nº 3729, 9º andar, sala 28, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. **Autorização do Parque Eólico Boqueirão II:** Em 24 de dezembro de 2019 o Parque Eólico foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 23 de dezembro de 2054. Em 19 de 2019 a Companhia vendeu 18,3 MW médio de energia pelo período de 20 anos no Mercado Livre para um grande consumidor, por meio do projeto de geração eólica Boqueirão II, localizado no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. O Parque eólico encontra-se em construção, com data prevista para entrada em operação no 1º semestre de 2023.

Autorização

Capacidade instalada

Empresa Usinas Moda- lidade Outorga Estado (MW) Início Término

Central Eólica EOL Produtor Autori- zação RN 28,40 24/12/2019 23/12/2054

Boqueirão II Boqueirão II Independente sação 183.699 84.374

Capital circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, devido ao fato de o parque eólico estar em fase de construção. O equacionamento do capital de giro no exercício de 2023 será alcançado da seguinte forma (i) liberação do financiamento junto ao Banco do Brasil (SUDENE) firmado em 2020 (ii) aporte de capital da sua controladora (iii) entrada em operação do Parque Eólico.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras estão divulgadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 28 de abril de 2023. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas. Imobilizado: determinação do valor recuperável do imobilizado, A Administração da Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção desses novos pronunciamentos.

5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. **b) Imobilizado:** Terrenos, edificações e máquinas e equipamentos compreendem, principalmente, o parque eólico. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos direitamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas de alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos de alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, em outras receitas/despesas operacionais. **c) Redução ao valor recuperável - Ativo financeiro:** São avaliados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. **Ativo não financeiro:** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para teste de redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC excede o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável serão revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não excede o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **d) Domésticos ativos circulares e não circulares:** São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. **e) Fornecedores:** Inclui, os saldos a pagar aos fornecedores de Compartilhamento de atividades e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura, Compra de energia, Compra de energia, Adiantamento para futuro aumento de capital. **f) Provisões:** Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa da soma das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados. **g) Domésticos passivos circulares e não circulares:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos de materiais, serviços, encargos de uso da rede elétrica, encargos regulatórios e arrendamentos de terrenos. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. **h) Operações de arrendamento:** No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de uso a um ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente. Os arrendamentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem实质上 com o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros. Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia atua como arrendatária, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo. Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas no resultado do exercício durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento e/ou passivo existente. **i) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes registradas no resultado são calculados conforme o sistema do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 6% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas as alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que excede R\$60 trimesatrizes e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no resultado do exercício durante o período do arrendamento, são contabilizados de acordo com o CPC 32IAS 12 - Tributos sobre o Lucro e o IFRIC 23. **j) Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido qualquer custo atribuível à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários. As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do ajustado, na forma da lei, podendo a elas ser imposto o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior. **k) Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC"):** Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC") representam adiantamentos de recursos recebidos da controladora e destinados a aporte de capital que são concedidos em caráter irreversível. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como patrimônio líquido na controladora, e no investimento da controladora. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando a quantidade de ações a serem emitidas não é conhecida. Em contrapartida, os adiantamentos para futuro aumento de capital também são reconhecidos pelo valor justo na controladora, classificados como ativo não circulante. **l) Apuração do resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. **m) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e atualização de tributos a compensar. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajuste a valor presente. **n) Ativos e passivos financeiros - Classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido e recebidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituiam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os passivos financeiros são registrados pelo valor justo no seu reconhecimento inicial, e são remunerados considerando as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva. Uma tabela dos ativos e passivos financeiros pode ser fornecida legalmente de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar um ativo e liquidar simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

6. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

As seguintes normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **Classificação de passivos como circulares ou não circulares - Alterações à IAS 1:** As alterações do escopo restrito à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras esclarecem que os passivos são classificados como circulares ou não circulares, dependendo dos direitos que existem no final do período de relatório. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data de relatório. As alterações também esclarecem o que a IAS 1 significa quando se refere à "liquidez" de um passivo. As alterações podem afetar a classificação de passivos, particularmente para entidades que anteriormente consideravam as intenções da administração para determinar a classificação e para alguns passivos que podem ser convertidos em patrimônio. Devem ser aplicados retrospectivamente de acordo com os requisitos normais da IAS 8 Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros. As alterações da IAS 1 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informa-

ção de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou o "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamento (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. A Administração da Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção desses novos pronunciamentos.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

31/12/2022 31/12/2021

Bancos conta movimento 716 294

Aplicações financeiras - renda fixa 3.199

Total 3.914 294

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, remunerados à taxa de 102,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (em 2021 não havia saldo de aplicações financeiras). Os ganhos ou perdas decorrentes de variações desses ativos são apresentados na demonstração do resultado em Resultado financeiro no exercício em que ocorrem.

8. CONCESSIONÁRIAS

31/12/2022 31/12/2021

Mercado livre 1.827

Total 1.827

As concessionárias são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas.

9. IMPOSTOS A COMPENSAR E A PAGAR

31/12/2022 31/12/2021

Impostos a compensar 776

IRRF sobre aplicações financeiras 95

PIS e COFINS 169

Total 1.040

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, remunerados à taxa de 102,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (em 2021 não havia saldo de aplicações financeiras). Os ganhos ou per

...continuação																																																											
incluem os fluxos de caixa de principal e juros.																																																											
20. RESULTADO FINANCEIRO																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th><th>31/12/2022</th><th>31/12/2021</th><th>Até 1 ano</th><th>Entre 1 e 3 anos</th><th>Entre 3 a 5 anos</th><th>Acima de 5 anos</th><th>31/12/2022</th><th>31/12/2021</th><th></th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Valor contábil</td><td>Total</td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr> <tr> <td>Empréstimos e financiamentos</td><td>42.659</td><td>2.546</td><td>2.546</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td></td></tr> <tr> <td>Fornecedores</td><td>13.202</td><td>13.202</td><td>13.202</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td></td></tr> <tr> <td>Total</td><td>55.861</td><td>15.747</td><td>15.747</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td></td></tr> </tbody> </table>											31/12/2022	31/12/2021	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2022	31/12/2021		Valor contábil	Total									Empréstimos e financiamentos	42.659	2.546	2.546	-	-	-	-	-		Fornecedores	13.202	13.202	13.202	-	-	-	-	-		Total	55.861	15.747	15.747	-	-	-	-	-	
	31/12/2022	31/12/2021	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2022	31/12/2021																																																			
Valor contábil	Total																																																										
Empréstimos e financiamentos	42.659	2.546	2.546	-	-	-	-	-																																																			
Fornecedores	13.202	13.202	13.202	-	-	-	-	-																																																			
Total	55.861	15.747	15.747	-	-	-	-	-																																																			
19.4 Risco de crédito: O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de "Caixa e equivalente de caixa". O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data de 31 de dezembro de 2022 é:																																																											
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th><th>31/12/2022</th><th>31/12/2021</th><th>< 1 ano</th><th>1 - 3 anos</th><th>3 - 5 anos</th><th>> 5 anos</th><th>Total</th><th></th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Bancos conta movimento</td><td></td><td>716</td><td>294</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td></td></tr> <tr> <td>Aplicações financeiras - renda fixa</td><td></td><td>3.199</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td></td></tr> <tr> <td>Total</td><td>3.914</td><td>294</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td></td></tr> </tbody> </table>											31/12/2022	31/12/2021	< 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos	Total		Bancos conta movimento		716	294	-	-	-	-		Aplicações financeiras - renda fixa		3.199	-	-	-	-	-		Total	3.914	294	-	-	-	-	-															
	31/12/2022	31/12/2021	< 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos	Total																																																				
Bancos conta movimento		716	294	-	-	-	-																																																				
Aplicações financeiras - renda fixa		3.199	-	-	-	-	-																																																				
Total	3.914	294	-	-	-	-	-																																																				
No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interrupções ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. 19.5 Riscos regulatórios: As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre sua atividade.																																																											
Aos Administradores e Acionistas Central Eólica Boqueirão II S.A. Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Boqueirão II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Boqueirão II S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações																																																											
<p>21. COMPROMISSOS CONTRATUAIS E SEGUROS</p> <p>21.1 Compromissos contratuais: Em 31 de dezembro de 2022, os compromissos de compras (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, to, como segue:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th><th>< 1 ano</th><th>1 - 3 anos</th><th>3 - 5 anos</th><th>> 5 anos</th><th>Total</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Obrigações de compras</td><td>102</td><td>18</td><td>-</td><td>-</td><td>120</td></tr> <tr> <td>Total</td><td>102</td><td>18</td><td>-</td><td>-</td><td>120</td></tr> </tbody> </table> <p>Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da construção do parque eólico. 21.2 Obrigação de compra: As obrigações de compra incluem essencialmente os contratos de prestação de serviço e de compra de peças dos aerogeradores para manutenção do Parque, além dos contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia. Compromisso associado ao contrato de comercialização de energia no ambiente regulado. A Companhia assinou contratos de comercialização de energia no ambiente regulado com diversos distribuidores de energia. Tais contratos possuem prazo de vigência de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2042.</p> <p>22. GARANTIAS</p> <p>Tipos de garantias oferecida</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th><th>31/12/2022</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Depósito Caução (a)</td><td>3</td></tr> <tr> <td>Penhor de ações (b)</td><td>41</td></tr> <tr> <td>Fiança bancária (c)</td><td>1.277</td></tr> </tbody> </table> <p>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</p> <p>financiais livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.</p> <p>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras</p> <p>Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.</p> <p>Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião 											< 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos	Total	Obrigações de compras	102	18	-	-	120	Total	102	18	-	-	120		31/12/2022	Depósito Caução (a)	3	Penhor de ações (b)	41	Fiança bancária (c)	1.277																								
	< 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos	Total																																																						
Obrigações de compras	102	18	-	-	120																																																						
Total	102	18	-	-	120																																																						
	31/12/2022																																																										
Depósito Caução (a)	3																																																										
Penhor de ações (b)	41																																																										
Fiança bancária (c)	1.277																																																										
<p>23. COBERTURA DE SEGUROS (VALORES NÃO AUDITADOS)</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th>Descrição</th><th>Ramos da apólice</th><th>Limite Máximo de Indenização Geral</th></tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Responsabilidade civil</td><td></td><td>56</td></tr> </tbody> </table> <p>24. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS</p> <p>A Companhia está sujeita a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, não possui causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável ou possível.</p> <p>25. MEIO AMBIENTE</p> <p>A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação. Os gastos de natureza ambiental no valor de R\$ 349 (R\$ 554 em 31 de dezembro de 2021) foram registros no imobilizado durante o ano de 2022 devido ao período de construção do parque eólico.</p> <p>26. EVENTOS SUBSEQUENTES</p> <p>Entrada em operação: Em 06 de janeiro de 2023 a ANEEL emitiu o despacho nº 38 autorizando o início da operação comercial da EOL Boqueirão II a partir de 07 de janeiro de 2023. Novas liberações de empréstimos: Em fevereiro de 2023 a Companhia obteve a liberação de R\$37.389 de empréstimo e financiamento junto ao Banco do Brasil (Sudene FNDE).</p>										Descrição	Ramos da apólice	Limite Máximo de Indenização Geral	Responsabilidade civil		56																																												
Descrição	Ramos da apólice	Limite Máximo de Indenização Geral																																																									
Responsabilidade civil		56																																																									
<p>DIRETORIA Luis Fernando Mendonça de Barros Filho - Diretor</p> <p>CONTADOR Alfredo Antonio Tessari Neto - Contador CRC: 1SP176534/0-5</p>																																																											
<p>sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.</p> <ul style="list-style-type: none"> Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras e incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. <p>Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.</p>																																																											
<p>São Paulo, 28 de abril de 2023</p> <p>PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5</p> <p>Adriano Formosinho Correia Contador CRC 1BA029904/O-5</p>																																																											

